

**EDcl no PEDIDO DE UNIFORMIZAÇÃO DE INTERPRETAÇÃO DE LEI Nº  
1.312 - PR (2019/0088618-1)**

**RELATOR : MINISTRO HERMAN BENJAMIN**  
**EMBARGANTE : NADIR DA SILVA NUNES**  
**ADVOGADO : WILLYAN ROWER SOARES E OUTRO(S) - SC020906**  
**EMBARGADO : INSTITUTO NACIONAL DO SEGURO SOCIAL**

**DECISÃO**

Trata-se de Embargos de Declaração contra *decisum* que não conheceu do PUIL.

Houve interposição de Embargos de Declaração pleiteando ao STJ, em síntese:

Desta forma, requer sejam sanadas as omissões apontadas, inclusive com efeitos modificativos, com a manifestação explícita por este Ilustre Ministro relativamente a cada um dos recursos interpostos, de modo que sejam analisados de forma individualizada:

1) O agravo de Evento 38/TNU, interposto em face da r. decisão de Evento 31/TNU, reiterando-se que houve manifestação na origem quanto à questão de direito. Ou seja, a Ilustre Turma Nacional a quo entendeu que o tempo rural remoto não pode ser averbado para fins de obtenção da Aposentadoria por Idade Híbrida; conclusão que contraria a Tese 1007/STJ;

2) Na sequência, o incidente de Evento 24/TNU, interposto em face do v. Acórdão de Evento 15/TNU; reiterando-se, portanto, que houve decisão colegiada contrária na questão material.

Impugnação não apresentada.

É o **relatório**.

**Decide-se.**

Os autos foram recebidos neste Gabinete em 4.11.2019.

Cuida-se de Embargos de Declaração contra *decisum* que não conheceu do PUIL, haja vista que a decisão combatida é monocrática e o PUIL é cabível apenas de decisão colegiada.

Os Embargos de Declaração não merecem prosperar, uma vez que ausentes os vícios listados. Destaque-se que os Aclaratórios constituem recurso de rígidos contornos processuais, exigindo-se, para seu acolhimento, os pressupostos legais de cabimento.

Na origem, trata-se de Pedido de Uniformização de Interpretação de Lei (art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001), apresentado contra decisão monocrática do Ministro Presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais.

Mister citar o fundamento da decisão *a quo*:

Ao contrário do que alega o reclamante, resta claro que a Turma de origem não se negou a adequar o julgamento aos moldes do que determinado pela TNU (via decisão da Presidência) para o caso sob exame, a saber, a aplicação do entendimento firmado pelo Colegiado quando do julgamento do tema 131 (Para a concessão da aposentadoria por idade híbrida ou mista, na fobia do art. 48, § 3º, da Lei n. 8.213/91, cujo requisito etário é o mesmo exigido para a aposentadoria por idade urbana, é irrelevante a natureza rural ou urbana da atividade exercida pelo segurado no período imediatamente anterior à implementação do requisito etário ou ao requerimento do benefício).

Ainda, não há vedação para que o tempo rural anterior à Lei 8.213/91 seja considerado para efeito de carência, mesmo que não verificado o recolhimento das respectivas contribuições).

Conforme referido pela Turma de origem, o fundamento para a manutenção da negativa do pleito autoral em nada se prendeu ao fato de o requerente não ser trabalhador rural à época do cumprimento do requisito etário, mas sim se relaciona a novo fundamento, alusivo ao caráter remoto do período rural que se pretendia usar para implementar a carência, o que não se confunde com a exigência de labor rural imediatamente anterior ao requerimento administrativo. Conquanto esta última restrição (exigência que o último período fosse rural para concessão da aposentadoria híbrida) tenha sido afastada no julgamento do Tema 131, nada foi disciplinado, nesse julgamento, acerca da caracterização do período rural como remoto.

Não há que se cogitar, portanto, em violação à autoridade de qualquer decisão proferida pela TNU nos autos.

O art. 45 do RITNU, ao dispor que caberá reclamação da parte interessada para preservar a competência da Turma Nacional de Uniformização ou garantir a autoridade das suas decisões, está a tratar de ato prolatado por esta C. TNU em caso específico (lide subjetiva), circunstância ausente no caso concreto, no qual não se vislumbra o descumprimento, pelas instâncias de origem, de qualquer ato judicial emanado desta Corte Uniformizadora para solucionar a lide individualizadamente considerada. Nesse sentido o art. 46, inciso 1, do RI: "Art. 46. Não cabe reclamação, sendo a inicial desde logo indeferida quando: I fundamentada em decisões proferidas em outros autos; I ... I" E apenas a título argumentativo, observe-se que, a despeito de esta TNU já ter adotado entendimento pela possibilidade de manejo da reclamação quando constatada a recusa de adaptação do acórdão à jurisprudência do Colegiado, mesmo sem a indicação de afronta a decisão específica nos autos, consoante teor da Questão de Ordem n° 16, tal orientação restou recentemente revogada pelo Colegiado, por conflitar com o art. 46, inciso ], do RITNU, nos seguintes termos: Deliberação do Colegiado: A Tumba Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais, na Primeira Sessão Ordinária, de 22 de fevereiro de 2018, deliberou, por

unanimidade, pela revogação da Questão de Ordem n' 16, por estar em confronto com o inciso 1, artigo 46, do Regimento Interno da Turma Nacional de Uniformização, instituído pela Resolução n. 345, de 02 de junho de 2015. Ante o exposto, voto por julgar Reclamação

Dispõe o art. 14, § 4º, da Lei 10.259/2001 que o Incidente de Uniformização dirigido ao STJ somente é cabível contra decisão da Turma Nacional de Uniformização que, apreciando questão de direito material, contrarie súmula ou jurisprudência dominante no STJ.

Cita-se o dispositivo legal:

Art. 14. Caberá pedido de uniformização de interpretação de lei federal quando houver divergência entre decisões sobre questões de direito material proferidas por Turmas Recursais na interpretação da g l' O pedido fundado em divergência entre Turmas da mesma Região será julgado em reunião conjunta das Turmas em conflito, sob a presidência do Juiz Coordenador.

§2º O pedido fundado em divergência entre decisões de turmas de diferentes regiões ou da proferida em contrariedade a súmula ou jurisprudência dominante do STJ será julgado por Turma de Uniformização, integrada por juízes de Turmas Recursais, sob a presidência do Coordenador da Justiça Federal .

§3º A reunião de juízes domiciliados em cidades diversas será feita pela via eletrônica.

§4º Quando a orientação acolhida pela Turma de Uniformização, em questões de direito material, contrariar súmula ou jurisprudência dominante no Superior Tribunal de Justiça-STJ, a parte interessada poderá provocar a manifestação deste, que dirimirá a divergência.

*In casu*, não houve decisão colegiada, mas apenas decisão monocrática do Presidente da TNU, a qual negou seguimento ao incidente de uniformização por considerar que não existe decisão colegiada da TNU que verse sobre a questão de direito material sobre a qual se pleiteia a pacificação de entendimento.

Considerando que o Pedido de Uniformização de Jurisprudência somente é cabível de decisão do colegiado da Turma Nacional que tenha analisado o direito material, não há como conhecer do incidente. Nesse sentido: AgRg na Pet 7.549/PR, Terceira Seção, Rel. Min. Og Fernandes, DJe de 8/4/2010; AgInt no PUIL 248/RN, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 19/4/2018; AgInt no PUIL 1.115/PE, Rel. Min. Francisco Falcão, Primeira Seção, DJe 4/6/2019.

Dessa feita, irreprochável o acórdão da Segunda Turma do STJ que **não conheceu do PUIL.**

Impossível a inovação recursal em Aclaratórios, com argumentos inéditos não ventilados no momento oportuno, sendo agora invocados a pretexto

de apontar omissão, mas com o intuito de rediscutir o mérito do julgado.

Cumpra salientar que, ao contrário do que afirma a parte embargante, não há omissão, contradição ou obscuridade no *decisum* embargado. Suas alegações denotam o intuito de rediscutir o mérito do julgado, e não o de solucionar lacunas.

Destaque-se que o CPC impõe a necessidade de enfrentamento, pelo julgador, dos argumentos que possuam aptidão, em tese, para infirmar a fundamentação do julgado embargado. Confira-se a doutrina de Nelson Nery Junior e Rosa Nery:

**Não enfrentamento, pela decisão, de todos os argumentos possíveis de infirmar a conclusão do julgador.** Para que se possa ser considerada fundamentada a decisão, o juiz deverá examinar todos os argumentos trazidos pelas partes que sejam capazes, por si sós e em tese, de infirmar a conclusão que embasou a decisão. Havendo omissão do juiz, que deixou de analisar fundamento constante da alegação da parte, terá havido omissão suscetível de correção pela via dos embargos de declaração. Não é mais possível, de lege lata, rejeitarem-se, por exemplo, embargos de declaração, ao argumento de que o juiz não está obrigado a pronunciar-se sobre todos os pontos da causa. Pela regra estatuída no texto normativo ora comentado, o juiz deverá pronunciar-se sobre todos os pontos levantados pelas partes, que sejam capazes de alterar a conclusão adotada na decisão.

(*Código de Processo Civil Comentado*, São Paulo, Revista dos Tribunais, 2016, p. 1.249-1.250, destaque no original).

Esposando tal entendimento, o precedente da Primeira Seção desta Corte:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO EM MANDADO DE SEGURANÇA ORIGINÁRIO. INDEFERIMENTO DA INICIAL. OMISSÃO, CONTRADIÇÃO, OBSCURIDADE, ERRO MATERIAL. AUSÊNCIA.

1. Os embargos de declaração, conforme dispõe o art. 1.022 do CPC, destinam-se a suprir omissão, afastar obscuridade, eliminar contradição ou corrigir erro material existente no julgado, o que não ocorre na hipótese em apreço.

2. O julgador não está obrigado a responder a todas as questões suscitadas pelas partes, quando já tenha encontrado motivo suficiente para proferir a decisão. A prescrição trazida pelo art.

489 do CPC/2015 veio confirmar a jurisprudência já sedimentada pelo Colendo Superior Tribunal de Justiça, sendo dever do julgador apenas enfrentar as questões capazes de infirmar a conclusão adotada na decisão recorrida.

3. No caso, entendeu-se pela ocorrência de litispendência entre o presente mandamus e a ação ordinária n.

0027812-80.2013.4.01.3400, com base em jurisprudência desta Corte Superior acerca da possibilidade de litispendência entre Mandado de Segurança e Ação Ordinária, na ocasião em que as ações intentadas objetivam, ao final, o mesmo resultado, ainda que o polo passivo seja constituído de pessoas distintas.

4. Percebe-se, pois, que o embargante maneja os presentes aclaratórios em virtude, tão somente, de seu inconformismo com a decisão ora atacada, não se divisando, na hipótese, quaisquer dos vícios previstos no art. 1.022 do Código de Processo Civil, a inquinar tal decisor.

5. Embargos de declaração rejeitados.

(EDcl no MS 21.315/DF, Rel. Ministra DIVA MALERBI (DESEMBARGADORA CONVOCADA TRF 3ª REGIÃO, PRIMEIRA SEÇÃO, julgado em 8/6/2016, DJe 15/6/2016)

Além disso, é de conhecimento geral que os Aclaratórios não se prestam a rever a matéria julgada nem a prequestionar dispositivos constitucionais. Com esse entendimento:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 535 DO CPC. REDISCUSSÃO DE QUESTÕES DE MÉRITO. APRECIACÃO DE DISPOSITIVOS CONSTITUCIONAIS. IMPOSSIBILIDADE. CARÁTER MERAMENTE PROTETÓRIO. APLICAÇÃO DA MULTA DO ART. 538, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC.

1. Revelam-se improcedentes os embargos declaratórios em que as questões levantadas traduzem inconformismo com o teor da decisão embargada, pretendendo rediscutir matérias já decididas, sem demonstrar omissão, contradição ou obscuridade (art. 535 do CPC).

2. Incabíveis embargos de declaração se inexistir omissão relativa à matéria infraconstitucional, não sendo o STJ competente para apreciar matéria constitucional, inclusive para fins de prequestionamento.

3. É nítido o intuito protetório do recurso, dando ensejo à aplicação da penalidade prevista no art. 538, parágrafo único, do CPC, à razão de 1% do valor corrigido da causa.

4. Embargos de declaração rejeitados. (EDcl no AgRg no Ag 936.404/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, SEGUNDA TURMA, julgado em 9/9/2008, DJe 14/10/2008)

Dessa forma, reitera-se que a solução integral da controvérsia, com fundamento suficiente, não caracteriza ofensa ao CPC e que os Embargos Declaratórios não constituem instrumento adequado à rediscussão da matéria de mérito nem ao prequestionamento de dispositivos constitucionais com vistas à interposição de Recurso Extraordinário.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Pelo exposto, **rejeitam-se os Embargos de Declaração, com a advertência de que reiterá-los será considerado expediente protelatório sujeito à multa prevista no Código de Processo Civil.**

Publique-se.

Intime-se.

Brasília (DF), 05 de novembro de 2019.

MINISTRO HERMAN BENJAMIN  
Relator